



CAMINHOS DE COMUNHÃO

Propostas temáticas para 2026-2027

Caderno 3

**IGREJA HIERÁRQUICA E IGREJA SINODAL:
TENSÃO OU COMPLEMENTARIDADE?**

**Autoridade, serviço e corresponsabilidade
Superar polarizações e falsas dicotomias**



Por uma Igreja sinodal
comunhão | participação | missão

A PALAVRA DO PAPA LEÃO XIV

“O caminho da sinodalidade é um caminho de comunhão para a missão, no qual todos somos chamados a participar(...) Para prosseguir neste caminho, referistes a importância da formação. Formação para a escuta, formação para uma espiritualidade da escuta. Em particular – sublinhastes – nos seminários. Mas também para os bispos! (...) A formação de todos. A formação nos seminários, dos sacerdotes, dos bispos e dos colaboradores leigos deve estar enraizada na vida ordinária e concreta da Igreja local, das paróquias e de tantos outros lugares significativos onde se encontram as pessoas, em particular aquelas que sofrem. Como aqui observastes, não bastam um ou dois dias, nem mesmo uma semana, para aprofundar um tema a ponto de o viver. Seria importante, portanto, que o nosso modo ordinário de trabalhar juntos fosse uma ocasião de formação e crescimento para aqueles com quem trabalhamos, a todos os níveis, desde o paroquial ao da Cúria Romana. Onde, por exemplo, se pode ordinariamente crescer num estilo sinodal é nas visitas pastorais. Também todos os organismos de participação devem ser revitalizados.

Porém, tudo isto está relacionado com o caminho de implementação do Sínodo, que prossegue e terá uma etapa fundamental na Assembleia Eclesial programada para o ano de 2028. Encorajo-vos a ser fermento deste caminho. É um caminho para a missão da Igreja, um caminho ao serviço do anúncio do Evangelho de Cristo (...).”

Papa Leão XIV

Discurso no encerramento do Consistório Extraordinário de janeiro de 2026

PREFÁCIO

Em cada tempo, a Igreja é chamada a escutar atentamente o sopro do Espírito de Deus. Hoje, essa escuta acontece num mundo em rápidas mudanças, feridas abertas e onde o Homem vive com uma profunda sede de esperança. A revolução tecnológica e digital em curso e as transformações sociais reconfiguram a forma como estamos, como nos relacionamos e como entendemos o mundo e os acontecimentos. No seio da Igreja há também desafios que nos interpelam para que possamos continuar a ser fiéis à missão confiada por Jesus de anunciar o Evangelho a todas as criaturas.

É neste âmbito que a sinodalidade se revela uma graça e um caminho fundamental a percorrer na vida da Igreja do tempo presente. A sinodalidade não é apenas um conceito vago, mas o modo concreto de ser Igreja onde o Povo de Deus caminha junto, escuta, discerne e partilha responsabilidades na missão.

O processo sinodal em curso desde 2021, que brota do coração do Evangelho e da própria identidade da Igreja como Povo de Deus reunido pela ação do Espírito Santo que a guia e conduz, resultou no Documento Final do Sínodo que foi aprovado e promulgado pelo Papa Francisco no final da II Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, a 26 de outubro de 2024, incorporando-o assim no magistério da Igreja e indicando o caminho a seguir para uma Igreja mais sinodal.

Encontramo-nos agora na fase de receção e implementação do Documento Final nas comunidades locais rumo à Assembleia Eclesial de 2028. É uma oportunidade de renovação da ação pastoral em cada grupo, comunidade, paróquia e diocese, mas é também um caminho que exige profunda conversão pessoal e comunitária, o cultivo da escuta, da abertura ao outro, do discernimento comum e a coragem para rever hábitos instalados.

Estas publicações mensais preparadas pela Equipa Sinodal da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) nascem depois do II Encontro Sinodal Nacional que se realizou em Fátima, a 10 de janeiro de 2026, onde a proposta apresentada foi considerada uma ferramenta útil para aprofundar e concretizar o caminho sinodal. Inspiradas na experiência eclesial de outras Igrejas particulares, as publicações pretendem oferecer pistas de reflexão que contribuam para consolidar a sinodalidade como prática estruturante da vida das comunidades cristãs.

De fevereiro de 2026 até fevereiro de 2027, desejamos que este subsídio seja um ponto de partida para fecundas conversações no Espírito e um contributo para fortalecer a comunhão, promover a participação e renovar a missão, ajudando as comunidades a concretizar as orientações sinodais e a caminhar juntas, na fidelidade a Jesus e ao seu Evangelho, para O anunciar com alegria e esperança.

Equipa Sinodal da CEP

CONJUNTO DE TEMAS

FEVEREIRO 2026	A sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja – Fundamentos bíblicos, teológicos e eclesiológicos – A sinodalidade no Documento Final e no magistério do Papa Francisco
MARÇO 2026	Como prosseguir um caminho rumo a uma Igreja constitutivamente sinodal? – Sinodalidade como estilo, processo e estrutura – Entre conversão espiritual e reforma institucional
ABRIL 2026	Igreja hierárquica e Igreja sinodal: tensão ou complementaridade? – Autoridade, serviço e corresponsabilidade – Superar polarizações e falsas dicotomias
MAIO 2026	Gestão e superação de conflitos numa Igreja sinodal – Conflito como lugar teológico – Mediação, escuta e reconciliação eclesial
JUNHO 2026	O <i>sensus fidei</i> do povo de Deus: fundamento e desafios – Escuta do Povo de Deus e participação real – Limites, critérios e discernimento do <i>sensus fidei</i>
JULHO 2026	Discernimento comunitário: coração da sinodalidade – Dimensão espiritual do discernimento – Práticas concretas e critérios de autenticidade
AGOSTO 2026	Processos sinodais e tomada de decisões – Consulta, deliberação e decisão – O papel da autoridade no processo sinodal
SETEMBRO 2026	Sinodalidade e ministérios: uma Igreja toda ministerial – Batismo, carismas e serviços – Superar clericalismos e reducionismos
OUTUBRO 2026	O papel dos diáconos numa Igreja sinodal – Diaconia, liturgia, Palavra e caridade – Potencialidades pouco exploradas
NOVEMBRO 2026	Presbíteros e bispos numa Igreja sinodal – Liderança sinodal, colegialidade e comunhão – Conversão do exercício do ministério ordenado
DEZEMBRO 2026	Vida consagrada e sinodalidade – Testemunho profético, escuta e mediação – Relação entre carisma e instituição
JANEIRO 2027	Sinodalidade e direito canónico: desafios e possibilidades – Potencialidades do Código de Direito Canónico – Pistas e sugestões para revisão e desenvolvimento normativo
FEVEREIRO 2027	A vocação dos leigos na Igreja Sinodal - Corresponsabilidade diferenciada e participação ativa - Batizados em missão na vida quotidiana

INTRODUÇÃO

Este terceiro caderno insere-se no itinerário de receção e implementação do Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que a Conferência Episcopal Portuguesa vem propondo às comunidades cristãs através da coleção *Caminhos de Comunhão*. Depois de um primeiro caderno dedicado aos fundamentos bíblicos, teológicos e eclesiológicos da sinodalidade e de um segundo centrado na sinodalidade como estilo, processo e estrutura de uma Igreja constitutivamente sinodal, este novo passo convida-nos a aprofundar uma questão particularmente sensível e decisiva para a vida e a missão eclesial: como compreender a relação entre a constituição hierárquica da Igreja e a sua forma sinodal de viver, discernir e caminhar?

Num contexto eclesial e cultural em que emergem com facilidade leituras simplificadoras ou polarizadas, torna-se necessário afirmar com clareza que, na tradição católica, Igreja hierárquica e Igreja sinodal não designam duas realidades opostas, nem duas visões concorrentes da Igreja. O Concílio Vaticano II apresenta a Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo e comunhão organicamente estruturada, na qual todos os batizados participam, segundo a sua condição própria, na vida e na missão comuns, e na qual alguns recebem, pelo sacramento da Ordem, um ministério específico ao serviço da unidade, do discernimento e da edificação de todo o corpo eclesial. Neste horizonte, a sinodalidade não enfraquece nem substitui a constituição hierárquica da Igreja; ajuda, antes, a compreendê-la e a vivê-la segundo o Evangelho, como serviço, responsabilidade e comunhão.

O objetivo deste caderno é, por isso, ajudar a superar falsas dicotomias que empobrecem a inteligência da fé e dificultam a renovação pastoral. Importa evitar, por um lado, a tentação de entender a hierarquia apenas em categorias de concentração de poder, desligando-a da lógica evangélica do serviço. Importa evitar, por outro, a redução da sinodalidade a uma forma indistinta de nivelamento de responsabilidades, como se a participação de todos anulasse a diversidade de vocações, carismas, ministérios e funções que o Espírito suscita para o bem comum. A questão central não consiste em escolher entre a autoridade e a participação, entre os pastores e os fiéis, entre a comunhão e a estrutura; consiste, antes, em reconhecer que, na Igreja, a autoridade é chamada a exercer-se como serviço à comunhão e à missão, e que a corresponsabilidade dos batizados se realiza de modo diferenciado, ordenado e fecundo.

À luz desta perspetiva, este caderno propõe-se aprofundar os temas da autoridade, do serviço e da corresponsabilidade, mostrando que a complementaridade entre o ministério hierárquico e a participação sinodal não é um compromisso provisório, nem uma solução de equilíbrio entre sensibilidades opostas, mas uma expressão da própria natureza da Igreja. Superar as polarizações e as falsas dicotomias é, neste sentido, uma exigência espiritual, teológica e pastoral. Só assim será possível cultivar comunidades em que a autoridade seja exercida de forma verdadeiramente evangélica, a participação dos fiéis seja real e responsável e os processos comunitários se tornem lugares de escuta, discernimento e decisão ao serviço da missão.

Tal como nos cadernos anteriores, o percurso organiza-se em quatro momentos (*Interiorizar, Iluminar, Escutar e Discernir, Decidir e Caminhar*) com o objetivo de ajudar as comunidades a passar da reflexão à conversão pastoral. Em primeiro lugar, importa converter o olhar, purificando as imagens distorcidas da autoridade, da obediência, da participação e da corresponsabilidade. Depois, importa deixar-se iluminar pela Sagrada Escritura, pelo ensinamento do Concílio Vaticano II, pelo magistério pontifício e pela tradição viva da Igreja. Em seguida, torna-se necessário escutar a vida concreta das comunidades, discernindo bloqueios, tensões, possibilidades e apelos do Espírito. Por fim, importa traduzir esse

discernimento em passos concretos que reforcem a comunhão e tornem mais visível uma forma de vida eclesial, simultaneamente, hierárquica e sinodal, ministerial e participativa, ordenada e missionária.

Este caderno foi pensado para ser lido com serenidade, em clima de oração e disponibilidade interior. Pode servir como instrumento de formação, de discernimento comunitário e de renovação pastoral. Não pretende oferecer respostas simplistas nem alimentar contraposições, mas ajudar a comunidade cristã a reencontrar uma compreensão mais integral, mais fiel e mais evangélica da Igreja. Nela, a diversidade dos dons e dos ministérios não constitui um obstáculo à comunhão; é, pelo contrário, uma das suas expressões mais fecundas. E a autoridade, longe de se opor ao caminho conjunto do Povo de Deus, encontra nele o contexto próprio para ser exercida como dom recebido para o serviço de todos.

IGREJA HIERÁRQUICA E IGREJA SINODAL: TENSÃO OU COMPLEMENTARIDADE?

Autoridade, serviço e corresponsabilidade Superar polarizações e falsas dicotomias

1

INTERIORIZAR: CONVERTER O OLHAR SOBRE A AUTORIDADE E A COMUNHÃO

“Os ministros que têm o poder sagrado servem os seus irmãos para que todos os que pertencem ao Povo de Deus [...] alcancem a salvação, conspirando livre e ordenadamente para o mesmo fim” (Lumen gentium, 18).

“O caminho da sinodalidade é um caminho de comunhão para a missão, no qual todos somos chamados a participar. Por isso, os vínculos entre nós são importantes” (Leão XIV, Discurso conclusivo, 8 de janeiro de 2026).

Finalidade da secção

Antes de refletir sobre as estruturas, os conselhos, os processos participativos ou o exercício do governo pastoral, importa ajudar cada pessoa a rever a forma como compreende palavras como *autoridade, obediência, serviço, participação, hierarquia e sinodalidade*. Muitas tensões nascem de representações deformadas: a autoridade confundida com domínio, a participação confundida com disputa de influência, a corresponsabilidade confundida com competição entre estados de vida ou entre ministérios.

A conversão sinodal começa, muitas vezes, por uma conversão do olhar. Não basta reformar métodos ou criar espaços formais de participação; é necessário purificar a imaginação eclesial, para que a autoridade seja vista à luz do Evangelho e a comunhão deixe de ser pensada em categorias de oposição, suspeita ou rivalidade.

Oração inicial

Pode iniciar-se este momento com uma invocação ao Espírito Santo, pedindo a graça de um coração livre do medo, da ideologia, do ressentimento e da autorreferencialidade, para acolher o modo evangélico de exercer a autoridade e de participar na vida da Igreja. Esta chave espiritual está em profunda sintonia com a

insistência da Comissão Teológica Internacional, segundo a qual a sinodalidade exige conversão interior e não apenas ajustamentos funcionais.

Leitura bíblica sugerida

Mc 10, 35-45: “*Quem quiser ser o primeiro entre vós será servo de todos*”.

Esta passagem é particularmente adequada porque corrige, a partir de Cristo, a lógica mundana do poder e funda o exercício da autoridade na diaconia. Mostra que a verdadeira autoridade eclesial não elimina a diferença de funções, mas redefine o seu sentido à luz do serviço.

Interpelação breve

Na Igreja, a autoridade não é uma realidade estranha ao Evangelho, mas também não pode ser compreendida a partir dos modelos de dominação do mundo. Cristo não suprime o envio dos Doze nem a missão própria dos pastores; o que faz é converter radicalmente o significado de presidir, governar e conduzir. Por isso, a oposição entre a “*Igreja hierárquica*” e a “*Igreja sinodal*” começa a desfazer-se quando se compreende que a forma cristã da autoridade é sempre ministerial, relacional e ordenada à edificação do corpo inteiro. A autoridade, no horizonte do Evangelho, não existe para se afirmar a si mesma, mas para servir a comunhão, sustentar o discernimento e favorecer a missão.

Perguntas de ressonância

- Quando ouço falar de “hierarquia” na Igreja, que reações espontâneas surgem em mim?
- Associo a autoridade eclesial ao serviço da comunhão ou a uma lógica de imposição?
- Se exerço responsabilidades na comunidade, vivo-as como serviço ou como controlo?
- Reconheço que a corresponsabilidade dos batizados não elimina a diversidade de ministérios, antes a supõe?
- Que polarizações ou preconceitos identifico em mim ou na minha comunidade: “ou autoridade ou participação”, “ou doutrina ou escuta”, “ou pastores ou leigos”?

Ação

Este momento pode concluir-se com um gesto simples e concreto, capaz de traduzir interiormente o caminho iniciado. Por exemplo:

- rezar explicitamente pelos pastores da comunidade;
- escutar sem ironia quem exprime uma visão diferente da nossa sobre a vida da Igreja;

- rever o modo como falamos da autoridade eclesial, evitando caricaturas ou simplificações;
- pedir a graça de servir sem rivalidade, ressentimento ou passividade.

Oração final

Pode sugerir-se uma oração breve, como esta:

Senhor Jesus, ensina-nos a exercer toda a responsabilidade como serviço e a acolher toda a autoridade como dom para a comunhão.

ILUMINAR: O QUE DIZ A SAGRADA ESCRITURA E O QUE A IGREJA ENSINA

“O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro” (Lumen gentium, 10).

Esta secção tem como objetivo mostrar que a aparente oposição entre hierarquia e sinodalidade nasce de uma falsa dicotomia. A tradição da Igreja apresenta, pelo contrário, uma complementaridade orgânica: igualdade fundamental de todos os fiéis na dignidade batismal, diversidade real de ministérios e funções e exercício do governo eclesial como serviço à unidade, à verdade da fé e à missão.

Textos bíblicos de referência

- 1 Cor 12, 12-27: Um só corpo, muitos membros;
- Ef 4, 11-16: Diversidade de ministérios para edificação do corpo;
- At 15, 1-35: Discernimento eclesial com escuta, debate, decisão e autoridade reconhecida;
- Jo 13, 1-17: O lava-pés como chave do serviço eclesial;
- Mc 10, 42-45: Autoridade convertida em serviço.

Estes textos ajudam a evitar uma compreensão desestruturada da comunhão e tornam visível que a vida eclesial não se organiza por oposição entre sujeitos, mas por articulação entre dons, funções e responsabilidades.

2.1. HIERARQUIA E SINODALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA IGREJA

A Igreja ensina simultaneamente a igualdade fundamental dos fiéis na dignidade e na ação e a existência de ministérios recebidos “para bem de todo o corpo”. A sinodalidade, por sua vez, não substitui esta constituição; ajuda, antes, a compreendê-la e a vivê-la de modo evangélico, relacional e missionário.

Neste ponto, importa sublinhar três ideias doutrinárias fundamentais.

a) Todos os batizados participam, segundo a sua condição própria, na vida e na missão da Igreja

Os fiéis são companheiros de caminho, chamados a ser sujeitos ativos enquanto participantes no único sacerdócio de Cristo e destinatários dos diversos carismas comunicados pelo Espírito Santo em ordem ao bem comum. A dignidade batismal constitui o fundamento da participação de todos na vida e na missão da Igreja. Ninguém é mero destinatário passivo da ação eclesial.

b) Nem todos exercem a mesma função

A comunhão eclesial não é indiferenciada. O desenvolvimento do Concílio de Jerusalém mostra de forma viva o caminho do Povo de Deus como realidade articulada, na qual cada um

possui um lugar e um papel específicos. A diversidade de funções não contradiz a comunhão; exprime-a e torna-a fecunda. A unidade da Igreja não é uniformidade, mas comunhão orgânica.

c) Os ministros ordenados exercem um serviço real, recebido sacramentalmente

O ministério ordenado não é uma delegação da comunidade, nem pode ser compreendido em termos meramente funcionais ou representativos. É um dom específico do Espírito de Cristo Cabeça para a edificação de todo o corpo eclesial. Ao mesmo tempo, este ministério não pode ser vivido sem escuta, discernimento e ordenação ao bem comum da Igreja. A autoridade dos pastores é sacramental e real, mas a sua forma própria é o serviço.

Perguntas de ressonância

- Na nossa linguagem pastoral, conseguimos afirmar ao mesmo tempo a dignidade batismal de todos e a missão própria dos pastores?
- Percebemos que a diversidade de funções na Igreja não fere a comunhão, mas a exprime?
- Que visões simplificadas persistem entre nós: clericalismo, anti-hierarquia, passividade laical ou lógica de contrapoder?

2.2. AUTORIDADE, SERVIÇO E CORRESPONSABILIDADE DIFERENCIADA

A sinodalidade constitui “o quadro interpretativo adequado para compreender o próprio ministério hierárquico”, como afirmou o Papa Francisco. O Documento Final, entregue à Igreja como guia autorizado para a sua vida e missão, confirma que não existe oposição entre autoridade e sinodalidade, mas antes uma integração orgânica: o ministério dos pastores compreende-se plenamente quando é exercido no interior do caminhar conjunto do Povo de Deus, na escuta do Espírito e no discernimento eclesial partilhado.

Também a corresponsabilidade deve ser entendida de forma correta. Ela não implica indistinção de funções ou competências, mas a sua articulação ordenada. O direito canónico prevê estruturas de participação, consulta e discernimento (como os conselhos pastorais e outros organismos) precisamente para garantir que a vida da Igreja não se reduza nem a decisões isoladas nem a uma informalidade difusa. A participação dos fiéis é real e necessária; os pastores exercem um ministério próprio e insubstituível; e todos são chamados a agir em comunhão, segundo o direito e ao serviço da missão comum.

Perguntas de ressonância

- Os nossos organismos de participação são entendidos como expressão de comunhão e discernimento, ou como espaços de mera gestão, ratificação ou pressão?
- Existe clareza, entre nós, sobre o que compete aos pastores, aos conselhos e aos diversos ministérios e serviços?
- Como evitar que a consulta seja meramente formal ou, no extremo oposto, que a autoridade pastoral se torne hesitante, vaga ou diluída?

2.3. SUPERAR POLARIZAÇÕES E FALSAS DICOTOMIAS

“A sinodalidade indica o específico modus vivendi et operandi da Igreja Povo de Deus que manifesta e realiza concretamente o seu ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros na sua missão evangelizadora” (CTI, 6).

“Todos os fiéis são chamados a testemunhar e anunciar a Palavra de verdade e de vida, enquanto são membros do povo de Deus profético, sacerdotal e régio em virtude do Batismo” (CTI, 56).

A partir destas afirmações, importa refletir sobre falsas dicotomias que continuam presentes, com frequência, nas nossas comunidades e na linguagem eclesial. Entre elas:

Hierarquia ou Povo de Deus; Autoridade ou escuta; Doutrina ou discernimento; Sacerdotes ou leigos; Unidade ou pluralidade de dons; Fidelidade ou participação.

Estas oposições são inadequadas. A Igreja é uma comunhão orgânica, não uma soma de blocos em competição. A unidade não exige uniformidade, assim como a participação não implica a eliminação das diferenças sacramentais, ministeriais e carismáticas. Quanto mais a Igreja vive da comunhão, mais sabe integrar diferenças legítimas numa única missão.

Perguntas de ressonância

- Quais destas polarizações sentimos mais presentes na nossa realidade?
- Há discursos eclesiais que reproduzimos sem suficiente discernimento?
- Que linguagem precisamos de purificar para falar da Igreja com maior fidelidade e menor carga ideológica?

ESCUTAR E DISCERNIR: A VIDA DA COMUNIDADE ENTRE AUTORIDADE E PARTICIPAÇÃO

“Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar ‘é mais do que ouvir’. É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o ‘Espírito da verdade’ (Jo 14, 17), para conhecer aquilo que Ele ‘diz às Igrejas’ (Ap 2, 7)” (Francisco, 17 de outubro de 2015).

Finalidade da secção

Depois de termos visto o que a Igreja ensina, importa agora interrogar a vida concreta das comunidades. A questão já não é apenas: “o que diz a doutrina?”, mas também: “como vivemos, na prática, a relação entre a autoridade pastoral, a participação dos fiéis e a corresponsabilidade comunitária?” Esta etapa de escuta e discernimento visa identificar tanto as deformações clericalistas como as tentações de polarização, informalidade, facciosismo ou contestação sistemática.

Oração inicial

Invocamos o Espírito Santo, pedindo lucidez, humildade e liberdade interior para reconhecer sem medo aquilo que, na nossa comunidade concreta, precisa de ser purificado, corrigido e amadurecido.

Leitura bíblica sugerida

At 15, 1-35: O Concílio de Jerusalém.

Este texto é decisivo porque mostra uma Igreja que escuta a experiência, debate, discerne, acolhe testemunhos, deixa-se iluminar e chega a uma decisão reconhecida como eclesial. Não encontramos aqui nem arbitrariedade individual nem simples soma de opiniões, mas um processo espiritual e comunitário em que a autoridade se exerce no interior da comunhão.

Diagnóstico da comunidade

Estilo

- O modo como os sacerdotes exercem a sua autoridade é reconhecido como pastoral, dialogante e espiritualmente enraizado?
- Os fiéis sentem-se verdadeiramente escutados, respeitados e envolvidos?

Processos

- As decisões importantes são precedidas por oração, consulta, discernimento e clarificação de responsabilidades?
- Quando surgem divergências, tratamo-las de forma eclesial ou por meio de blocos, murmuração e desconfiança?

Estruturas

- Os conselhos e os organismos de participação existem e funcionam com identidade clara?
- Há canais reais para que os fiéis possam colocar questões, fazer observações e oferecer contributos para o bem da Igreja?

Conversão e purificação

- Que atitudes precisam de conversão: medo da participação, resistência à autoridade legítima, instrumentalização dos conselhos, polarização de sensibilidades, fechamento ideológico?

Conversação no Espírito

Esta dinâmica pode ser realizada segundo o método da conversação no Espírito, não para produzir negociações de compromisso, mas para favorecer a escuta recíproca, a leitura espiritual da realidade e a disponibilidade comum para acolher aquilo que o Senhor pede à comunidade.

Possíveis questões para o discernimento comunitário

- O que nos pede hoje o Senhor para vivermos de forma mais evangélica a relação entre a autoridade e a participação?
- Que polarizações precisamos de superar na nossa comunidade?
- Onde sentimos maior bloqueio: no exercício da autoridade, na capacidade de escuta, na clareza dos processos ou na maturidade da participação?
- Que sinais de esperança e de crescimento já reconhecemos entre nós?

DECIDIR E CAMINHAR: FRUTOS DO DISCERNIMENTO EM PASSOS CONCRETOS

“As Igrejas locais e os agrupamentos de Igrejas são agora chamados a pôr em prática, nos diversos contextos, as indicações autorizadas contidas no Documento, através dos processos de discernimento e de decisão previstos pelo direito e pelo próprio Documento” (Nota de acompanhamento ao Documento Final, 25.11.2024).

Finalidade da secção

Esta última etapa pretende sugerir linhas pastorais concretas que traduzam o discernimento em hábitos, processos e estruturas. O critério de fundo é sempre o mesmo: reforçar a complementaridade entre o ministério ordenado, os dons carismáticos, a participação dos fiéis e a missão da comunidade.

A) FORMAR PARA UMA COMPREENSÃO ECLESIAL NÃO POLARIZADA

“A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados...” (Evangelii gaudium, 102).

“Pedimos a todas as Igrejas locais que continuem o seu caminho quotidiano com uma metodologia sinodal de consulta e discernimento, identificando caminhos concretos e percursos formativos para realizar uma conversão sinodal palpável nas várias realidades eclesiais. Deverá também ser prevista uma avaliação dos progressos realizados em termos de sinodalidade e de participação de todos os batizados na vida da Igreja” (Documento Final, 9).

Estas citações ajudam-nos a perceber que a formação não é opcional; é condição estrutural para uma vida eclesial saudável. Onde falta formação, proliferam simplificações, suspeitas mútuas, discursos ideológicos e práticas pouco evangélicas.

Questões para a reforma pastoral

- Que desconhecimentos doutrinários alimentam tensões desnecessárias?
- Quem necessita mais urgentemente desta formação: conselhos, equipas pastorais, agentes de pastoral, comunidade alargada?
- Que textos fundamentais devem ser trabalhados em primeiro lugar?

Questões para avaliação posterior à formação

- A comunidade ganhou maior clareza sobre a distinção e a ordenação mútua entre ministérios e participação?
- Diminuiu a linguagem polarizada?
- Cresceu a confiança recíproca entre pastores e fiéis?

B) QUALIFICAR OS ORGANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Convém rever o funcionamento dos conselhos e de outros espaços comunitários: a sua composição, os seus objetivos, o método de trabalho, a frequência das reuniões, a preparação espiritual, a capacidade consultiva real e a sua relação com a responsabilidade própria do pároco e do bispo.

Os organismos de participação só cumprem verdadeiramente a sua missão quando não são meros instrumentos formais, mas lugares de escuta, discernimento e corresponsabilidade eclesial.

Questões para a reforma pastoral

- Os nossos conselhos têm identidade e missão claras?
- Há escuta real ou apenas ratificação formal?
- Estão presentes pessoas com diversidade de experiências, idades, serviços e percursos eclesiais?

Questões para avaliação posterior

- Os organismos tornaram-se mais úteis para o discernimento pastoral?
- A autoridade pastoral tornou-se mais dialogante sem perder clareza?
- Os fiéis sentem maior pertença e maior responsabilidade?

C) CULTIVAR PRÁTICAS DE ESCUTA RECÍPROCA E RESPONSABILIDADE EVANGÉLICA

Mais do que criar instâncias formais, importa cultivar hábitos: escuta recíproca, prestação de contas pastoral adequada, clareza na comunicação, respeito pelas competências próprias, capacidade de formular contributos com liberdade e responsabilidade, e disponibilidade dos pastores para acolher aquilo que o Espírito pode suscitar no Povo de Deus.

O cân. 212 §3, retomado por diversos textos oficiais, é particularmente importante neste contexto:

“Os fiéis, segundo a ciência, a competência e a proeminência de que desfrutam, têm o direito e mesmo por vezes o dever, de manifestar aos sagrados Pastores a sua opinião acerca das coisas atinentes ao bem da Igreja, e de a exporem aos restantes fiéis, salva a integridade da fé e dos costumes, a reverência devida aos Pastores, e tendo em conta a utilidade comum e a dignidade das pessoas”.

Este texto recorda que a participação dos fiéis não é uma concessão arbitrária, mas uma dimensão real da vida eclesial, desde que exercida em comunhão, verdade e sentido do bem comum.

Questões para a reforma pastoral

- Como criar espaços simples e regulares de escuta e consulta?
- Como ajudar os fiéis a intervir de modo eclesial e não faccioso?
- Como ajudar os pastores a exercer a autoridade com firmeza serena e espírito de serviço?

Questões para avaliação posterior

- Aumentou a qualidade da comunicação e da confiança comunitária?
- Diminuiu a murmuração e a lógica de bloco?
- Cresceu a experiência de comunhão na diversidade?

D) REFORÇAR A DIMENSÃO ESPIRITUAL DO GOVERNO E DA PARTICIPAÇÃO

Uma linha final, plenamente coerente com o conjunto deste tema, consiste em recordar que nem a autoridade pastoral nem a participação eclesial podem ser reduzidas a técnicas organizativas. Sem oração, escuta da Palavra, exame das motivações e procura sincera do bem da Igreja, até os melhores instrumentos se tornam frágeis ou vazios.

A Comissão Teológica Internacional insiste, justamente, em que sem conversão interior os instrumentos exteriores correm o risco de se transformar em formas sem vida.

“Sem conversão do coração e da mente e sem treinamento ascético para a acolhida e a escuta recíproca, de pouquíssimo serviriam os instrumentos externos da comunhão, que poderiam, ao contrário, transformar-se em simples máscaras sem coração nem rosto” (CTI, 107).

“No caminho sinodal, a comunicação é chamada a explicitar-se através da escuta comunitária da Palavra de Deus para conhecer ‘o que o Espírito diz às Igrejas’ (Ap 2,29). ‘Uma Igreja sinodal é uma Igreja que escuta (...): povo fiel, colégio episcopal, bispo de Roma: cada um na escuta dos outros; e todos na escuta do Espírito Santo’” (CTI, 110).

Estas referências deixam claro que, sem densidade espiritual, a sinodalidade corre o risco de se reduzir a um mecanismo formal e a autoridade de se degradar em função administrativa. A renovação eclesial exige mais do que reorganização: *exige conversão*.

Questões para a reforma pastoral

- As reuniões e os processos pastorais têm verdadeira densidade espiritual?
- Há espaço para o silêncio, a oração e a escuta antes da deliberação?
- O critério último das decisões é a missão evangelizadora ou a conservação de equilíbrios internos?

CONCLUSÃO

Este caderno procurou mostrar que o binómio “Igreja hierárquica ou Igreja sinodal?” está mal formulado. A questão decisiva não é escolher entre uma e outra, mas aprender a viver, de forma cada vez mais evangélica, missionária e eclesial, a complementaridade entre a autoridade recebida para servir e a corresponsabilidade de todo o Povo de Deus.

A resposta católica, enraizada na Sagrada Escritura e na tradição viva da Igreja, não consiste na eliminação das diferenças, mas na sua ordenação recíproca na comunhão. A Igreja é, simultaneamente, povo reunido, corpo articulado, comunhão estruturada e comunidade enviada em missão. Nela, a autoridade não se opõe à participação, do mesmo modo que a diversidade de ministérios não contraria a igualdade fundamental dos batizados. Pelo contrário: quando cada realidade é compreendida à luz do Evangelho, torna-se mais claro que a comunhão exige forma, a missão exige ordem e o discernimento exige tanto a escuta como a responsabilidade.

Superar as polarizações e as falsas dicotomias é, por isso, uma tarefa urgente. Trata-se de purificar linguagens, corrigir hábitos, formar consciências e amadurecer práticas comunitárias, para que a Igreja apareça cada vez mais como aquilo que é chamada a ser: *uma comunhão viva, onde todos caminham juntos segundo a sua vocação própria e onde a autoridade é exercida como um serviço à unidade, à verdade e à missão.*

BIBLIOGRAFIA

Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja.*

Concílio Vaticano II, Constituição dogmática *Lumen gentium.*

Francisco, *Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 de outubro de 2015.

Francisco, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 24 de novembro de 2013.

Francisco, *Nota de acompanhamento ao Documento Final*, 25 de novembro de 2024.

Leão XIV, *Discurso conclusivo*, 8 de janeiro de 2026.

São João Paulo II, Carta Apostólica *Novo millennio ineunte*, 6 de janeiro de 2001.

ENCONTRO SINODAL EM PEQUENOS GRUPOS

Método da conversação no Espírito

[descrição simplificada]

PREPARAÇÃO

- Escolher um moderador (para moderar o tempo e o uso da palavra de cada um) e um secretário (para registar apenas aquilo que se quer partilhar em plenário, se for o caso).
- Todo o processo deve decorrer em oração, silêncio e partilha, sempre na escuta do Espírito e na escuta uns dos outros...
- Este esquema está preparado para grupos de 8 pessoas cada.

ORAÇÃO PELO SÍNODO

- Rezar a Oração pelo Sínodo “Adsumus Sancte Spiritus”.

QUESTÃO PARA ESCUTA, DISCERNIMENTO E PROPOSTA

- **Que Igreja somos chamados a ser a partir da conversão no Espírito?** [questão apenas como exemplo...]

PRIMEIRA RONDA

- Todos intervêm, cada um por sua vez e com a mesma duração uns dos outros [máximo de 2 minutos cada pessoa], para partilhar o fruto da oração, em relação à pergunta ou tema de reflexão.
- Nesta ronda, não há discussão e todos os participantes simplesmente escutam com profundidade cada pessoa e prestam atenção à forma como o Espírito Santo se move dentro de si mesmos, na pessoa que fala e no grupo como um todo.
- Segue-se um tempo de silêncio para registar os movimentos interiores de cada um [3 minutos].
- *Em suma, esta primeira ronda deve ocupar cerca de 25 minutos no máximo: 22 para partilha-escuta de cada um e 3 para silêncio.*

SEGUNDA RONDA

- Os participantes partilham (um de cada vez e sem se interromperem) o que mais os impressionou na primeira ronda e que moções sentiu durante o tempo de silêncio [máximo de 2 minutos cada pessoa].
- Também pode haver algum diálogo, mantendo, porém, a mesma atenção espiritual.
- Depois deste momento segue-se, uma vez mais, um tempo de silêncio [3 minutos].
- *Em suma, esta primeira ronda deve ocupar cerca de 25 minutos no máximo: 22 para partilha-escuta de cada um e 3 para silêncio.*

TERCEIRA RONDA

- Os participantes refletem sobre o que parece ter mais repercussão na conversação e o que lhes tocou mais profundamente, sugerindo moções espirituais.

- É possível verificar que se aprendeu coisas novas e também que há questões que ficaram por resolver.
 - O momento de diálogo pode terminar com algumas orações espontâneas de gratidão.
 - Os participantes devem decidir sobre aquilo que desejam comunicar e apresentar como síntese no plenário: partilhar 2 propostas e apresentar 5 por escrito. O secretário anotará apenas os pontos que vão ser apresentados em plenário de modo sintético.
- *Esta ronda pode durar cerca de 30 minutos.*

RONDA FINAL E ORAÇÃO

- Breve avaliação e oração final

ORAÇÃO PELO SÍNODO | *Adsumus Sancte Spiritus*

**Eis-nos aqui, diante de Vós, Espírito Santo!
Eis-nos aqui, reunidos em vosso nome!**

**Só a Vós temos por Guia:
vinde a nós, ficai connosco,
e dignai-vos habitar em nossos corações.
Ensinai-nos o rumo a seguir
e como caminhar juntos até à meta.**

**Nós somos débeis e pecadores:
não permitais que sejamos causadores da desordem;
que a ignorância não nos desvie do caminho,
nem as simpatias humanas ou o preconceito
nos tornem parciais.**

**Que sejamos um em Vós,
caminhando juntos para a vida eterna,
sem jamais nos afastarmos da verdade e da justiça.**

**Nós vo-lo pedimos
a Vós, que agís sempre em toda a parte,
em comunhão com o Pai e o Filho,
pelos séculos dos séculos.
Amen.**

**O Sínodo não é uma questão de moda,
mas um modo de ser Igreja!**

O Processo Sinodal até 2028

PROCESSO DE ESCUCHA,
ENCONTRO, DIÁLOGO, DISCERNIMENTO



9-10 de OUTUBRO de 2021
Abertura Mundial do Processo Sinodal



17 de OUTUBRO de 2021
Abertura Local do Processo Sinodal



FASE 1 - A Consulta ao povo de Deus

CONSULTA
LOCAL E NACIONAL



ETAPA CONTINENTAL
DIÁLOGO ENTRE IGREJAS DA MESMA ZONA GEOGRÁFICA



FASE 2 - O discernimento dos Pastores

4-29 de OUTUBRO de 2023
1ª SESSÃO da XVI Assembleia Geral
Ordinária do Sínodo dos Bispos

2-27 de OUTUBRO de 2024
2ª SESSÃO da XVI Assembleia Geral
Ordinária do Sínodo dos Bispos



FASE 3 - A implementação *Por uma Igreja sinodal*

2025

MARÇO Anúncio do processo de acompanhamento e avaliação

JULHO Publicação das *Pistas para a fase de implementação*

24-26 DE OUTUBRO Jubileu das equipas sinodais e dos
órgãos de participação

2025 JUNHO - 2026 DEZEMBRO
Percurso de implementação nas Igrejas
locais e nos seus agrupamentos

2027

PRIMEIRO SEMESTRE

Assembleias de avaliação nas Dioceses e Eparquias

SEGUNDO SEMESTRE

Assembleias de avaliação nas Conferências episcopais
nacionais e internacionais, nas Estruturas hierárquicas
orientais e em outros agrupamentos de Igrejas

2028

PRIMEIRO QUADRIMESTRE

Assembleias de avaliação continentais

OUTUBRO

Celebração da Assembleia
eclesial no Vaticano

